

Democracia, participação política e violência: Uma reflexão sobre o impacto das manifestações pós-eleitorais em Moçambique¹

 Hussaymatho Biny Ussene²

Recebido: 17.11.2025
Aceito: 04.12.2025
Publicado: 06.07.2026

Resumo: O estudo divide-se em três partes. Na primeira pretende-se com base na análise hermenêutica e epistemológica, propor a necessidade de repensar a democracia, tendo em conta os problemas que enfrentamos, o que significa pensar numa democracia moçambicana que reúna consensos entre os moçambicanos. Na segunda, defende-se que, a participação política por meio do voto, (cinco em cinco anos), único momento que o povo tem poder real de decidir, já não reúne unanimidade, ou seja, aparentemente, o voto não é suficiente para expressar a vontade popular, daí a opção pela violência que tem caracterizado o país em todas as épocas pós-eleitorais. Na terceira e última parte, apresentam-se aqueles que foram os impactos das manifestações pós-eleitorais, nomeadamente: normalização da violência como solução do problema; desconfiança e sentimento de falta de credibilidade dos principais partidos políticos; sentimento de ausência de Estado e de Governo. Neste caso, o estudo busca traçar a democracia que se adequa a realidade moçambicana, e ao mesmo tempo que questiona as formas de participação política em Moçambique. A metodologia assenta numa abordagem qualitativa, recorrendo a revisão bibliográfica e análise documental de relatórios técnicos de organizações da sociedade civil, além de notícias da imprensa nacional. Conclui-se que embora a violência tenha sido normalizada como forma de resolução dos conflitos, emergiu consciência sobre a necessidade de participação política por parte de grupos que se sentem excluídos, ao mesmo tempo, o actual cenário revela profunda crise de desconfiança face aos principais partidos políticos e um desafio urgente na reconstrução do modelo de democracia moçambicana.

Palavras-chaves: Democracia; Eleição; Manifestação; Política; Violência.

Democracy, political participation and violence: A reflection on the impact of post-election demonstrations in Mozambique

Abstract: The study is divided into three parts. The first, based on hermeneutical and epistemological analysis, aims to propose the need to rethink democracy, taking into account the problems we face, which means thinking about a Mozambican democracy that brings together consensus among Mozambicans. The second argues that political participation through voting (every five years), the only time the people have real power to decide, no longer achieves unanimity; that is, apparently, voting is not sufficient to express the popular will, hence the choice of violence that has characterized the country in all post-election periods. The third and final part presents the impacts of the post-election demonstrations, namely: the normalization of violence as a solution to the problem; distrust and a feeling of lack of credibility in the main political parties; and a feeling of absence of State and Government. In this case, the study seeks to outline the democracy that best suits the Mozambican reality, while simultaneously questioning the forms of political participation in Mozambique. The methodology is based on a qualitative approach, using bibliographic review and documentary analysis of technical reports from civil society organizations, as well as news from the national press. It concludes that although violence has been normalized as a way of resolving conflicts, awareness has emerged regarding the need for political participation among groups that feel excluded. At the same time, the current scenario reveals a profound crisis of distrust towards the main political parties and an urgent challenge in the reconstruction of the Mozambican democratic model.

Keywords: Democracy; Election; Demonstration; Politics; Violence.

Democracia, participación política y violencia: una reflexión sobre el impacto de las manifestaciones postelectorales en Mozambique

Resumen: El estudio se divide en tres partes. La primera, basada en un análisis hermenéutico y epistemológico, busca proponer la necesidad de repensar la democracia, considerando los problemas que enfrentamos, lo que implica reflexionar sobre una democracia mozambiqueña que fomente el consenso entre los mozambiqueños. La segunda argumenta que la participación política a través del voto (cada cinco años), el único momento en que el pueblo tiene poder real para decidir, ya no logra la unanimidad; es decir, aparentemente, el voto no es suficiente para expresar la voluntad popular, de ahí la elección de la violencia que ha caracterizado al país en todos los periodos postelectorales. La tercera y última parte presenta los impactos de las manifestaciones postelectorales, a saber: la normalización de la violencia como solución al problema; la desconfianza y la falta de credibilidad de los principales partidos políticos; y la sensación de ausencia de Estado y Gobierno. En este caso, el estudio busca delinear la democracia que mejor se adapte a la realidad mozambiqueña, al tiempo que cuestiona las formas de participación política en Mozambique. La metodología se basa en un enfoque cualitativo, utilizando la revisión bibliográfica y el análisis documental de informes técnicos de organizaciones de la sociedad civil, así como noticias de la prensa nacional. Concluye que, si bien la violencia se ha normalizado como forma de resolver conflictos, ha surgido una mayor conciencia sobre la necesidad de participación política entre los grupos que se sienten excluidos. Al mismo tiempo, el escenario actual revela una profunda crisis de desconfianza hacia los principales partidos políticos y un desafío urgente en la reconstrucción del modelo democrático mozambiqueño.

Palabras clave: Democracia; Elecciones; Manifestaciones; Política; Violencia.

¹ DOI: <https://dx.doi.org/10.4314/academicus.v4i2.2>

² Academia Militar Marechal Samora Machel-Nampula. E-mail: binussen08@gmail.com

Introdução

No virar do século, o mundo no geral, e Moçambique, em particular, têm enfrentado desafios de várias ordens, ligados a democracia e participação política. A profecia de Fukuyama segundo a qual, o mundo vive o fim da história, com a universalização da democracia ocidental como modelo ideológico da humanidade, e mais tarde, David Runciman que denuncia a crise generalizada da democracia ocidental, enquanto forma de participação política, levanta preocupações que questionam a capacidade do Estado sobreviver face tais desafios e a necessidade de buscar novas formas de participação política, sem pautar pela violência.

A Democracia, participação política e violência, constituem temas de debate urgente em Moçambique, sendo um país que já experimentou várias formas de violência. É nesse quadro que é fundamental pensar na democracia, e adequá-la à realidade do país, e, acima de tudo, evitar todas as formas de violência para resolver os problemas.

Cuco e Muibo (2019), entendem que a história contemporânea de Moçambique se confunde com a violência. Depois da guerra civil, que conheceu o seu fim com os “acordos de amizade de 1992”, entre o governo liderado pela Frelimo e a Renamo, o país conhece outra fase da violência em reivindicação dos resultados eleitorais de 2014 e consequentemente falta de crença nas instituições democráticas. Tendo-se assinado, em agosto de 2019, o chamado acordo de paz definitiva e reconciliação nacional, colocou-se um ponto final na violência pós eleitoral.

Desta vez, com as manifestações de 2024, a crise pós- eleitoral trouxe à tona a urgência de repensar a democracia, descontentamento face ao processo eleitoral e principalmente desconfiança no processo e nas instituições democráticas. É neste contexto que o estudo discute sobre a participação política e propõe a democracia como consenso de modo a ouvir o que inquieta os moçambicanos e evitar todas as formas de violência.

Metodologia

A presente investigação adopta uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, focada na compreensão dos fenómenos sociopolíticos que caracterizam o período pós eleitoral em Moçambique. Com base a revisão bibliográfica procedeu-se ao levantamento e análise de literatura académica sobre democracia, participação política e violência, recorreu-se igualmente, análise documental, com destaque leitura dos relatórios técnicos e de monitoria do processo eleitoral em Moçambique.

Que Democracia queremos para Moçambique?

Na essência do termo democracia, cunhado na teoria política da antiga Grécia, encontra-se o princípio da liberdade na autodeterminação política, e esse foi o significado com que o termo foi recolhido pela teoria política da civilização ocidental. Democracia é um conceito histórico:

[...] Não sendo por si um valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem, compreende-se que a historicidade destes a envolva na mesma medida, enriquecendo-lhe o conteúdo a cada etapa do envolver social, mantido sempre o princípio básico de que ela revela um regime político em que o poder do povo repousa na vontade do povo. Sob esse aspecto, a democracia não é um mero conceito político abstracto e estático, mas é um processo de afirmação que o povo vai conquistando no correr da história (Martin & Gorczewski, 2018, p.34).

Em Moçambique repensar a democracia e fortalecer o respeito pelas instituições

³ Os acordos de paz de 1992, entre a Frelimo e a Renamo. Neste estudo denominamos por acordos de amizade, uma vez que a intenção desses acordos era a irmandade, amizade, paz e reconciliação entre os Moçambicanos.

democráticas, buscando contrariar a ⁴democracia de certeza revela-se um imperativo existencial.

Rousseau, um dos mais importantes nomes da filosofia política na modernidade, não concorda com a democracia representativa, isto é, de eleições de parlamentares, como forma de vivência da democracia. Esta desconfiança, de acordo com Rousseau deve-se aos próprios limites impostos pela democracia representativa e sugere no contrato social a participação popular. Na perspectiva de Rousseau, é necessário construir uma democracia directa em que o povo é capaz de expressar sua vontade, em contraposição à democracia representativa que a restringe. Entenda-se que, nem todos os parlamentares, governos, chegam a representar fielmente o povo que os votou. Por isso, Rousseau concluiu que: “Jamais existiu, jamais existirá uma democracia verdadeira” (Rousseau, 1974, p. 84).

Mas se não pode existir uma democracia verdadeira, como profetizou Rousseau, isto sugere para nós, que ele compreendia a complexidade dos problemas democráticos. Em razão disso, podemos, mesmo quebrando essa profecia, pensar numa democracia, que compreenda as preocupações dos moçambicanos, e que possa ser capaz de buscar alternativas para responder os problemas reais que apoquentam o povo de Moçambique.

A democracia, pressupõem o respeito pela vontade, e ainda o respeito para quem escolhe pensar diferente. Moçambique foi “forçado a aderir a democracia, uma forma de governação que não se resume nas eleições, mas também de várias acções visando o desenvolvimento social, político e económico do Estado. Esta falsa democracia, que o país vem tentando implementar, tem os seus sintomas, como os conflitos pós-eleitorais ou a intolerância política (Fonseca, 2025).

A questão não se restringe apenas à definição do que é a democracia ou em que momento devíamos abraçar a democracia, mas também, ao que é necessário para se ser democrático, que tipo de democracia é possível para um país que constantemente vê-se mergulhado em conflitos eleitorais? O que devemos aprender de outros povos para escrever uma democracia que espelha a realidade dos moçambicanos?

Os gregos ao idealizar a democracia pretendiam satisfazer aos anseios de participação política por parte do homem. Percebiam da impossibilidade de todos tomar a dianteira nas decisões políticas, daí que era necessário a representatividade, diga-se entre os gregos antigos, até aos dias de hoje a democracia significa poder do povo. Dentro das democracias, o povo é livre de escolher o destino que deseja para si e sua cidade (Abbagnano, 1999)..

Neste caso, a questão central para os povos oprimidos, que sofreram a colonização, a escravatura, e ainda sofrem o terrorismo e todas formas de neo-colonialismo, é efectivar consenso democrático entre o seu povo.

Este consenso visa responder questões prioritárias e não negociáveis. Ora, se para evitar os conflitos eleitorais, as manifestações violentas, temos que perguntar ao cidadão, o que pensa que devia ser prioritário para evitar o derramamento de sangue? Não é necessário, que se repita sempre a mesma violência sob diferentes formas, para perceber que a solução é o diálogo e o consenso democrático entre os moçambicanos. Tendo em conta, a nossa situação específica em Moçambique, urge adoptar uma ⁵democracia de consenso.

Cada povo têm que fazer um conjunto de sacrifícios para um bem maior, e se nem a

⁴ Cuco e Muibo, no artigo: “A violência como mito fundador de Moçambique, defendem que em Moçambique, os principais partidos vão as eleições sabendo que o vencedor será sempre Frelimo. Mosaico – Volume 11 – Nº 17 – Ano 2019 disponível <https://www.semanticsscholar.org>

⁵ O autor entende que a democracia como consenso pode ser fundamental para o desenvolvimento do país, este consenso não se restringe aos actores políticos, mas a todos moçambicanos, tendo em conta que, o país é multiétnico e multilinguístico.

democracia representativa, nem a participativa, não nos são viáveis, porque de um lado, o povo não se sente representado por parte de seus representantes parlamentares, de outro, não encontra os efeitos de participação, aliado, a falta de confiança e credibilidade dos órgãos eleitorais e instituições democráticas do país, então é necessário abraçar um modelo de democracia que possa aglutinar todos moçambicanos, para que todos possam se sentir envolvidos no debate dos problemas políticos do país.

A democracia como consenso, funcionaria a semelhança de pequenos comités distritais, numa situação de um país multilingue e multiétnico, onde cada vez mais as disparidades étnicas são visíveis, tomando, o exemplo do desenvolvimento do Sul do país, com relação as outras províncias. Neste caso, estes representantes podiam actuar como deputados, e cada um deles indicado directamente pela população, com problemas por apresentar das suas comunidades, mas também com propostas locais, como estes problemas podem ser resolvidos.

Na busca por uma democracia que responda às especificidades particulares dos países, temos o caso da Líbia de Muammar Khadafi. Este, no seu *Livro Verde* (1974), observava que embora os países realizem eleições em cada ciclo, mas isto não significa que sejam democráticos. O autor questiona a luta política que conduz a vitória de um candidato, com por exemplo, 51% do conjunto de eleitores. De facto, os 49% dos eleitores passam a ser governados por um sistema que não escolheram que pelo contrário lhes foi imposto. A solução para esta crise na concepção de Khadafi (1974), passa pela criação de comités populares, elo entre a população e o governo, ou seja, permitiriam a prática da democracia directa.

É possível que a democracia como consenso e sua implementação, possa precipitar o desaparecimento dos partidos, uma vez que as representações populares, poderiam funcionar como partidos. Neste caso, os interesses do país e dos cidadãos continuariam acima de qualquer interesse particular e facilmente poderíamos responder a questão da representatividade nas democracias.

O politólogo brasileiro Luís Filipe Miguel (2014) defende que nas últimas décadas, a democracia foi influenciada por percepções que enfatizam os processos de produção do consenso e deslocam a centralidade do conflito político como a filosofia de Habermas e Rawls. Para este autor, o conflito não apenas é importante para a democracia, mas também necessário, ele defende a ideia de uma democracia em que os partidos se enfrentam como a adversários, e não como inimigos.

Em Moçambique, em parte devido a sua história de um país fundado na lógica de libertação, e guerra de desestabilização, em tempos de campanha e ao longo de todas as legislaturas, os principais partidos concorrentes, encaram-se como verdadeiros inimigos. As próprias manifestações, comprovaram esta lógica, em que os membros do partido no poder foram perseguidos e maltratados, por exibir boné da Frelimo ou da Renamo. Portanto, a política de interpretação dos adversários políticos, como inimigos, estende-se até ao parlamento, onde existe uma verdadeira confrontação. A ideia não é aprovar um projecto porque é benéfico para o povo, contrariamente, aprova-se porque é do partido da maioria ou reprova-se porque é do partido da minoria. Isto demonstra a importância e necessidade de implementar a democracia por consenso, e que deixe de olhar os outros, não como inimigos, mas sim adversários.

É verdade que, “a democracia sofreu mudanças ao longo do tempo, alterou-se não correspondendo ao seu modelo antigo” (Ngoenha, 2004, p. 138). A democracia contemporânea vai se alterando consoante os problemas por resolver. Isto significa que, os problemas da democracia são históricos e até geograficamente situados pelo que não se pode transportar respostas democráticas de outros lugares de modo a resolver os nossos problemas (Ngoenha, 2004). Se os problemas da democracia, não são susceptíveis de serem transportados, para resolver problemas de outros lugares, o que se deve fazer, é aprender regras democráticas desses povos, e tentar adequar a democracia, aos problemas locais.

Neste empreendimento de adoptar uma a democracia moçambicana, a questão não é o de

reclamar o que os outros povos viveram e assim justificar a nossa desvantagem com relação àqueles. Se quisermos andar é necessário arregaçar as mangas não com objectivo de escrever a mesma democracia de outros povos, mas uma democracia que espelha as realidades moçambicanas particularmente.

A democracia⁶ como consenso entre moçambicanos, seria aquela que aceita e assume pluralidades e sensibilidades democráticas. Foi por assumir essas pluralidades que aceitamos assinar os “acordos de amizade” e a constituição multipartidária 1990, porque a partir daquele momento, estávamos a concordar que apesar das diferenças, todos lutamos pela moçambicanidade, por isso as diferenças não podem ser abafadas sob nenhum pretexto (Ussene, 2025, p.79).

Nesta perspectiva, Runciman (2018), defende que a democracia ocidental está atravessando uma crise de meia-idade, sugerindo que essa crise pode ser passageira ou fatal. Para a nossa situação, é necessário perceber as causas que colocam a democracia ocidental em crise, mas também como eles fazem para resolver essas crises, para aprender e melhor resolver os nossos problemas democráticos.

Portanto, os desafios da democracia em Moçambique não nos devem surpreender: afinal, não devemos esquecer que os arranjos e processos democráticos estão sempre em mudança: progressos são lentos e retrocessos acontecem. Contudo, tal constatação não significa que a democracia moçambicana não poderia estar em uma melhor situação.

Participação política de quem não participa

A participação política seria, pois, tomar parte na sociedade política, informar e fazer todos saberem de suas opiniões. É difícil falar da democracia sem a participação política, ao mesmo tempo que é contraditório pensar que só os políticos têm o direito de falar e de participar na vida política.

Aristóteles olhava no homem como um animal político e destinado a viver em sociedade. Viver ou conviver com outros homens é da natureza humana. Mas, como lembra Dallari, cada indivíduo possui necessidades próprias de sua individualidade, elas decorrem da sua forma de criação, de seus valores, da maneira como vê o mundo, de suas crenças, de sua ideologia, etc. Então, se cada indivíduo possui necessidades diferentes e todos convivem juntos, é inevitável a ocorrência de tensões e conflitos e estes serão, não apenas de ordem individual, mas de grupos e até mesmo de toda sociedade (Gorczewski & Martin, 2018).

Ainda no que diz respeito a participação política é central a ideia de Dias e Matos (2012), a participação efectiva da sociedade na vida política, significa o seu envolvimento em todas as etapas do processo decisório e não apenas nas fases iniciais de sugestão, indicação ou proposição.

Isto significa que participar implica a capacidade de influenciar e encontrar mecanismos legais para exigir esse direito, isto é, o exercício pleno da democracia, o pluralismo das ideias e práticas; a convivência de grupos de interesses diversos que têm contradições quanto aos objectivos e aos meios de consegui-los. Portanto, a participação política do cidadão nos destinos do seu território, deve ser vista como algo que pode aumentar os canais de expressão e influenciar os políticos a agirem com respeito às necessidades e anseios do povo.

Ao longo do tempo, fomos criando uma cultura de participação política do povo como meio dos políticos, para atingir um fim, este fim não se traduz em atender às necessidades do povo, mas, em responder aos objectivos pessoais. Se existe alguma participação política, é de um povo que não participa.

⁶ Democracia como consenso entre os moçambicanos, a materialização deste desejo depende na capacidade de abertura ao diálogo, no sentido de ouvir a opinião do outro, o desconforto do outro, e juntos traçar um modelo democrático que responda as preocupações dos moçambicanos.

Sobre este aspecto, as eleições gerais de 2014, apresentaram um recorde de abstinência e fraca participação. Num estudo levado a cabo por Chaimite e Forquilha (2015), nas províncias de Nampula (em Murrupula, Norte), Sofala, (Beira, Centro), Gaza (Manjacaze, Sul). Estes, pretendiam compreender a razão de fraca participação nas eleições de 2014 e excessiva abstinência em diferentes zonas do país. Os resultados apresentados, sugerem além da falta de capacidade institucional do Estado para que o processo seja mais participativo, no que concerne erros de logística e acesso a informação, somam-se o desconhecimento da importância da participação no processo.

O relatório apresentado desenvolve o argumento segundo o qual, o contexto institucional em que as eleições ocorreram, marcado, por um lado, pela sazonalidade do funcionamento dos órgãos de gestão eleitoral à nível local, a improvisação na constituição e funcionamento das brigadas móveis de recenseamento e, por outro lado, pelos fracos incentivos institucionais para provisão do voto, nomeadamente a provisão de serviços públicos, é um dos factores explicativos importantes na fraca participação eleitoral (Chaimite & Forquilha, 2015). Como ilustra a seguir a resposta de alguns dos entrevistados para a produção do relatório:

"Eu vou contar o que vi em Mungoi, Manjankaze, lá de facto houve muitos problemas com as máquinas de recenseamento. As pessoas iam, voltavam, iam, voltavam. Muitas pessoas acabaram por desistir por causa disso, veja só as pessoas andar daqui até Mungoi são 12 km para chegar e regressar sem conseguir recensear, as pessoas perderam paciência acabaram por desistir, o governo anda nos castigar" (Chaimite & Forquilha, 2015, p. 35).

"Estou aqui irmão, como podes ver a tentar recensear, esta muito cheio aqui e estou com fome. Além disso, vamos votando anos após anos, e as coisas não mudam. Vou votar para não me complicarem no meu serviço" (Chaimite & Forquilha, 2015, p. 35).

Estes trechos de entrevistas, retiradas do relatório de Chaimite e Forquilha, reforçam a percepção do autor, que a participação política em Moçambique, através do voto é um meio para que os políticos, particularmente os deputados na casa do povo, cheguem à assembleia da República, sem necessariamente que essa chegada é garantia de mudança na qualidade de vida do povo.

Assim, é imperioso questionar, como se pode falar de participação política, quando os cidadãos não compreendem devidamente a importância de participar? Quando as condições logísticas não permitem a participação de todos? Ou quando entendem que esta tarefa cabe apenas aos cidadãos filiados aos partidos políticos?

No contexto das democracias, as eleições continuam a ser uma das instituições chaves de legitimação do poder político e do governo. O problema, como salientou Said Adejumabi, é que as eleições na sua actual forma aparecem em muitos países africanos como uma sombra desvaneceste de democracia, pondo em causa a própria participação política e também a própria democracia (IESE, 2021).

Apesar dessa realidade, a forma de governo democrático não pode ser entendida sem participação política e, por sua vez, quem exerce a participação política são os cidadãos. Essa trilogia que pode, à primeira vista, parecer simples, traz em si, uma grande complexidade porque a afirmação de cada uma dessas categorias é o resultado de lutas e notáveis esforços ao longo da história.

No caso de Moçambique, o voto continua sendo a forma mais privilegiada de participação política, ou pertencer a uma organização política. Se assim for, concordamos então, que politicamente em Moçambique estas são as formas mais fiáveis de participação política. Então, se assim é, as manifestações violentas que ocorreram não concordam com essa forma de participação? Caso contrário, são necessários quantos partidos políticos para que todos moçambicanos possam participar politicamente? Qual seria o destino de quem não está associado a um partido ou não votou?

É ainda legítimo nos questionar, que tipo de participação política, quando a maior parte da população não se vê e não se identifica com as decisões políticas, não conhece seus representantes parlamentares, principalmente quando os mesmos representantes parlamentares em seus discursos na casa do povo, parecem mais representar os partidos em detrimento do povo que juraram defender. Não seria nesta senda, que se enquadra a violência e a falta de crença sobre as instituições e as formas de participação política em Moçambique? Não seria este momento que devemos começar a pensar em novas formas de participação política?

Este posicionamento corrobora com a investigação do IESE de que o desinteresse pela política, a desconfiança em relação aos políticos e a ideia de eu o voto não tem nenhum efeito são os motivos que mais contribuem para a abstenção em Moçambique. O investigador do instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Luís de Brito diz que os níveis de abstenção são mais elevados entre os cidadãos menos letrados, camponeses e nas famílias com piores condições de vida e com menos acesso aos serviços básicos (IESE 2016). “Apareceram algumas indicações de que há mais abstencionistas entre aqueles que tem uma posição crítica em relação ao governo (Luis de Brito, IESE, Marco de 2016).

Importa notar que a participação política pressupõe, um conjunto de actividades que vão desde eleger e ser eleito, se candidatar a algum cargo político, apoiar um candidato ou uma organização política, pagar cotas para uma organização política, participar em reuniões, manifestações, comícios públicos, levantar debates sobre assunto políticos, etc.

A eleição dos deputados que compõem a assembleia da República em Moçambique, é feita de forma directa, o simples facto de votar no partido, está também a escolher o deputado que irá representar naquela legislatura. Pensamos que, quando o cidadão participa votando no partido A em detrimento do partido B, está a dizer que concorda com o projecto de governação desse candidato e concorda também que tal candidato esteja à frente desse projecto, ora, votar no projecto de uma organização política, não pode significar automaticamente eleger os que irão representar o povo na Assembleia Municipal ou no Parlamento.

Uma coisa é votar no projecto político e seu candidato e outra é escolher os representantes do povo. E porque os representantes do povo são escolhidos em círculos fechados, que se exige confiança para lá estar, então significa arrancar o poder de decisão e participação ao povo. Podemos estar diante de representantes de um povo que não o representam efectivamente e de um povo que não se sente representado. E se tal acontecer, que mecanismos o povo tem à sua disposição para mostrar a sua insatisfação perante o seu representante na Assembleia da República ou Conselho Autárquico? Quais são os mecanismos legais, a disposição do povo a que se pode recorrer para interromper o mandato de um deputado que não corresponde com as expectativas populares?

Normalização da violência como solução do problema

Num artigo intitulado, violência mito fundador de Moçambique, Cuco e Muibo, discutem como o fenómeno violência pós-eleitoral tornou-se recorrente em Moçambique, e sugerem que toda história recente de Moçambique se confunde com a violência, evocando as guerras de resistência contra a ocupação colonial, guerra contra o colonialismo e mais tarde a chamada guerra de desestabilização (Cuco & Muibo, 2018).

De facto, nós apenas conversamos depois da violência, estamos a normalizar a violência. A paz foi depois da violência, os acordos de reconciliação nacional foram depois da violência, toda nossa história é marcada de várias formas de violência. E os que têm coragem de participar activamente na vida política do país, algumas vezes quando apresentam ideias contrárias são vítimas da violência. Como se pode notar, até a própria participação política do cidadão é susceptível de violência. Para ser ouvido é necessário que se seja violento?

A organização CDD que advoga pelos direitos humanos em Moçambique refere que as

organizações de direitos humanos, incluindo o CDD e a RMDDH, documentaram o uso recorrente e excessivo da força pela Polícia na gestão de manifestações pós eleitoral em 2024 em Moçambique, incluindo mortes, prisões e detenções arbitrárias, ataques físicos, ameaças e intimidação (CDD, 2023).

O relatório dos Direitos Humanos em Moçambique (2020), salienta que durante as manifestações pós eleitoral de 2024 assistiu-se detenções ilegais; desaparecimento forçado pelas forças de segurança governamentais; prisão ou detenção arbitrária; abusos graves num conflito interno; sérias restrições à liberdade de expressão e à imprensa, incluindo violência, ameaças de violência e prisões ou processos injustificados contra jornalistas que acompanhavam as manifestações pós eleitoral.

De acordo com o jornal electrónico ⁷integrity (2024), as manifestações que tomaram as ruas das grandes cidades em Moçambique, expõem uma crescente frustração com falta de oportunidades e a constante violência política. Constituem uma forma de exigir participação mais activa nos espaços de debate e na construção da democracia, a juventude deve estar cada vez mais envolvida nas decisões do país.

16 de Novembro de 2024 e 16 de Janeiro de 2025, em que das seis etapas que englobava, a “turbo V8” que decorreu sensivelmente de 23 à 29 de Dezembro, foi a mais sangrenta com cerca de 165 mortes e pouco mais 250 baleados, duplicando assim o número de fatalidades anteriormente registradas em apenas seis dias (Plataforma DECIDE, 2025).

Estes aspectos demonstram a precariedade na gestão das manifestações, ao mesmo tempo o respeito pelos direitos humanos, entendendo que a manifestação é um direito consagrado pela constituição da República de Moçambique. Ao mesmo tempo, a normalização da violência pós eleitorais que o país tem enfrentado, praticamente em todos ciclos eleitorais. Ultrapassar este cenário, carece de entendimento, da necessidade de fortalecer os mecanismos de participação política, compreendendo que pensar diferente é sinónimo de democracia, ainda que a forma correcta de exteriorizar este pensar, não seja, por meio da violência, mas também o descontentamento em face do processo eleitoral, é normal dos processos democráticos.

Neste sentido de modo a corrigir esse denominador de violência, que têm caracterizado o país em períodos pós-eleitorais. Cuco e Muibo (2018), propõem-se a discutir as melhores formas de evitar a violência e tentar traçar a melhor alternativa à democracia de certeza capaz de reunir consenso entre os adversários políticos e assim evitar-se a violência pós-eleitoral.

Os autores sugerem a democracia monitória de Keane um novo tipo de democracia “pós-representativa, diferente das democracias de assembleia e representativa de tempos passados. Ela se define pelo crescimento rápido de muitos tipos de mecanismos extraparlamentar, de escrutínio de poder” (Cuco & Muibo, 2018, p. 147).

Ainda que concordássemos com a democracia monitoria de Keane proposta por Cuco e Muibo (2018), não há garantias que os conflitos pós-eleitorais pudessem cessar ou a desconfiança sobre o próprio processo eleitoral possa melhorar. Este tipo de democracia, propõe um modelo de vigilância e de participação activa da sociedade, o que pressupõe, o conhecimento das leis ou dos mecanismos de participação. Num país em que metade da sua população é analfabeta, está meta pode ser difícil de atingir. É mais fácil ouvir as preocupações da população, os principais pontos de discórdia de modo a traçar pontos de consenso e por sua vez, a democracia como consenso.

As manifestações que assistimos em 2024, que por vezes resultaram em violência de ambas as partes, transmitem a ideia de que a participação política e sua valorização dependem da

⁷ Integrity Magazine. Tensão política em Moçambique. Disponível em www.integritymagazine.co.mz

violência, quanto mais violento se for, mais se impõem as vontades de todas as partes. Isto porque quem recorre a violência acredita que não é percebido e supostamente usa da prerrogativa do direito a manifestação, como seu direito de cidadania para exigir a liberdade de escolher os destinos que gostaria para o seu país. Caminhamos para aquilo que se chama não há outro meio para se fazer ouvir se não pautar por que John Locke e Thomas Hobbes chamaram de estado de natureza, em que a violência predomina, e o mais forte pode engolir o mais fraco (Abbagnano, 1999).

Entendendo o impacto das manifestações pós-eleitorais

As manifestações pós eleitorais em Mocambique, assim como em muitos outros países, frequentemente reflectem uma frustração generalizada com o processo eleitoral e os resultados. No nosso seio, as manifestações também tem impactos sociais significativos, nomeadamente:

Aparente ausência de Estado e Governo

John Locke e Thomas Hobbes imaginam um homem que vive numa relativa inocência, no estado de natureza. O estado de natureza como um lugar onde não há governo exercendo qualquer poder sobre as pessoas como ocorre nas sociedades políticas, pois, ainda que, naturalmente o homem não devesse prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses, não há uma lei conhecida por todos ou imposta pelos homens para que sirva de parâmetro. Cada um está livre para decidir suas acções e colocar a disposição tudo que possui da forma que achar correta ou conveniente (Neto, 2007).

A passagem do estado de natureza para o Estado social dá-se porque o homem precisa de segurança, necessidade de viver em paz conforto e harmonia. Assim, decide abdicar dos seus direitos em favor do soberano. Por sua vez, este soberano tem que garantir a felicidade e conforto.

Neste sentido, é responsabilidade do Estado moçambicano no seu artigo 11 da Constituição da República, na alínea a) garantir a segurança dos cidadãos, assente na estabilidade das pessoas e dos seus bens. Na sua actuação o Estado deve, por meio das forças de defesa e segurança, garantir a integridade, independência e não colocar em causa a segurança dos cidadãos. Ainda no mesmo artigo, alínea c), o Estado deve edificar uma sociedade de justiça social e criar condições para o bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos.

As manifestações pós-eleitoral, demonstraram um forte sinal de ausência de Estado, entenda-se, em termos de actuação. A reposição da ordem, não pode perpetuar o atropelo dos direitos humanos. É preocupante quando existe uso da força excessiva para reprimir violentamente quem exige o seu direito de ser ouvido.

A ausência do Estado e do Governo não se deu somente quando as pessoas decidiram pela opção da justiça pelas próprias mãos, mas também quando o mesmo Estado privilegia a força e violência para resolver o descontentamento face aos resultados eleitorais em detrimento do diálogo.

O que caracteriza as sociedades abertas como perspectivou Popper em *Sociedades abertas e seus inimigos*, é a possibilidade de organizar as eleições, participar activamente na vida política, substituir os governantes sem necessidade de recorrer a violência (Popper, 1974).

O que caracteriza a ausência do Estado, as posições de autoridade que existem são muito limitadas em poder e normalmente não conseguem alterar na sua totalidade o ciclo dos acontecimentos. A presença refere-se à capacidade de proporcionar bens públicos, de garantir uma vida condigna para os cidadãos prevenir a violência como a que se verifica em Cabo Delgado e várias partes de Moçambique.

Sempre que um Estado pautar pela força para sua sobrevivência, além de hipotecar a democracia e a participação política, esse Estado e o seu governo criam um sentimento de raiva e desconfiança. A resolução de um problema não poderá ser pela opção da violência, os países que se desenvolveram e fortaleceram os seus sistemas políticos souberam juntos traçar as melhores

perspectivas para esses países.

Desconfiança e sentimento de falta de credibilidade dos principais partidos políticos

De acordo com o Dicionário de filosofia moral e política (2022), os partidos permitem a expressão do pluralismo político, isto é, a aceitação e o reconhecimento da necessidade do dissenso, da divergência e da contraposição entre maiorias e minorias. Com efeito, a estruturação dos partidos políticos no plano institucional é essencial para articular as relações entre maioria de governo e oposição.

Em segundo lugar, os partidos tornaram-se actores necessários para permitir a legitimação eleitoral dos cargos representativos e de governo, favorecendo a representação de todas as partes duma comunidade. A afirmação dos partidos políticos modernos beneficia da laicização da política e do princípio segundo o qual a legitimação da autoridade só pode ter origem na vontade expressa da sociedade, composta por indivíduos.

Por muito tempo, a Frelimo (que governa o país) e a Renamo (principal partido da oposição até as últimas eleições) constituíram principais actores na sena política de Moçambique. Os dois partidos dividiam entre si o maior número de assentos parlamentares e ao mesmo tempo eram os únicos que tomavam as principais decisões sobre a vida política e social dos moçambicanos.

Em parte, isto deve-se ao histórico dos dezasseis anos da guerra civil. Esses discursos foram contribuindo para manter vivo, na memória de muitos, o trauma que esses eventos causaram nas pessoas, ao mesmo tempo, para cimentar a ideia de que só a Frelimo e a Renamo são as únicas figuras da política no país e que nenhum outro grupo pode desafiar os dois (Cuco e Muibo, 2018).

Este princípio rompe-se nos anos 90, com a introdução da primeira constituição multipartidária. Cuco e Muibo (2018), dão como exemplo o caso do livro do professor Ngoenha escrito em 1992, com o título *Das independências as liberdades*. Inaugurando uma nova fase na qual os autores consideram que já se podia fazer uma análise crítica ao próprio partido Frelimo e, até grupo de insurreição, Renamo.

Actualmente, verifica-se queda de confiança sobre os dois partidos. Por parte da Renamo partido da oposição, e as contestações um pouco por todo país, sobre a vitória da Frelimo partido no poder, o que pode revelar além da falta de confiança, mas também de credibilidade.

O cidadão comum não se identifica com a Frelimo porque pensa que esta representa a elite da capital, mas também já não se identifica com a Renamo como oposição, por acreditar que o partido não apresenta disposição para governar e assim contrariar a máquina governativa da Frelimo. Como atesta a entrevista a seguir do jornal noticiais.

“Acredito que seja essa quebra de confiança em reacção ao perfil dos partidos tradicionais, por não realizarem aquilo que prometeram” (Macufu, Jaibu <https://24noticias.sapo.pt>, 2018).

⁸Para este sociólogo significativo segmento da população moçambicana considera que as formações partidárias, mais influentes na vida política do país não cumprem com suas promessas. Um desses sinais de distanciamento em reacção aos partidos políticos, está no surgimento da candidatura da associação dos Amigos de Amurane para Moçambique Melhor (Koxukuro).

Estes aspectos reforçam a ideia do autor, que ausência de um plano claro de governação por parte dos partidos tradicionais, permitiram o surgimento de outros partidos e coligações como ND (Nova Democracia) e Podemos (Partido optimista pelo desenvolvimento de Moçambique), que se aproveitam desse descontentamento para relançar o seu lugar, e neste caso nas recentes eleições

⁸ Cfr <https://24noticias.sapo.pt>

gerais de 2024 este último partido (podemos), assumindo-se como maior partido da oposição, lugar por muito tempo pertenceu a Renamo. E por sua vez, a Frelimo enfrenta um descontentamento generalizado, em parte devido a fome, políticas públicas, a crise provocada pela insurgência no norte de Moçambique, desemprego, violência, crise da democracia, queda na confiança das instituições de justiça, queda na confiança nos políticos e suas organizações (Ussene, 2025).

Em razão de desconfiança e falta de credibilidade dos partidos, o povo é levado a pensar que, afinal, não há diferença entre organização política A e B, o que contraria a "ideia de Aristóteles, aquele que recomendara que o objectivo do Estado é trabalhar para felicidade do povo" (Silveira, 2009). E neste sentido para se atingir essa felicidade no Estado moçambicano, é preciso que o interesse primeiro das instituições democráticas seja o de criar condições para o bem do povo.

Consciência da necessidade de participação política

Almond e Verba discutem a importância da participação política dos cidadãos e atribuem-lhe dois sentidos:

O primeiro é o de que existiria uma congruência entre cultura política e instituições, na medida em que os valores e opiniões dos cidadãos influenciariam o funcionamento do sistema político, conferindo-lhe estabilidade ou instabilidade. O segundo é o de que a fidelidade, a confiança nas instituições e modestos níveis de participação política seriam fundamentais para a estabilidade democrática. Assim, o cidadão ideal ao regime democrático seria aquele leal às instituições, satisfeito com seu funcionamento e obediente à divisão de trabalho entre eleitores e eleitos (Martelli; Jardim & Gimenes, 2017, p. 14).

Assim as contribuições do cidadão, serão bem-vindas se estas forem benéficas para o funcionamento normal das instituições e do Estado, uma vez que o mesmo se decidir recorrer a violência pode baralhar o sistema. O cidadão ideal do ponto de vista dos autores é aquele satisfeito com o funcionamento das instituições, desde que as mesmas instituições estejam a altura de responder com as expectativas dos cidadãos.

Na nossa situação, é possível que os cidadãos não estejam satisfeitos e decidam reivindicar agora para sancionar e normalizar o funcionamento do Estado e suas instituições. É também possível, que a instabilidade provocada pelos cidadãos, recorrendo a violência durante as manifestações é para se fazer ouvir. Sentem que a sua voz política não é levada em conta e, portanto os cidadãos não estão a ser ouvidos para se traçar as políticas no país. Nos dois casos defendidos por Almond e Verba, ou não temos um cidadão ideal, ou a democracia e suas instituições não funcionam e, conseqüentemente, a participação política dos cidadãos não têm um peso relevante.

Sempre que os cidadãos participam, eles o fazem nos limites da democracia. O envolvimento directo na formulação e implementação de políticas ou em manifestações/protestos contestatórios não é caracterizado como repertório padrão de participação política afins com o regime democrático.

Podemos assim deduzir consoante as constatações dos autores acima, que há manifestações, porque não somos democráticos. E se fôssemos, não haveria tais manifestações, uma vez que os mesmos concordam que o cidadão ideal é aquele que não tem necessidade de se manifestar, porque as instituições democráticas funcionam normalmente. Ora, se manifestam, então não funcionam.

Em Moçambique, contrariamente as conclusões de Almond e Verba, que destacam a importância do cidadão ideal ao não se rebelar contra as instituições democráticas, as manifestações contribuíram para a necessidade de tomada de consciência da necessidade de participação. Na medida que por meio da violência não foram atingidos todos objectivos pretendidos. Assim, a única saída que os cidadãos têm é focar-se nas próximas eleições, recensear-se e votar, para participar, ou mudar o que não acham certo.

Por outro lado, por meio das mesmas manifestações, houve o aumento da voz política,

entendida como a capacidade dos indivíduos influenciarem as decisões públicas. Existindo uma preocupação mais enfática com o ideal da pluralidade e da equidade produzida pela participação política.

Conclusão

É importante que os moçambicanos convoquem para si, a necessidade de pensar que tipo de Moçambique queremos nos próximos anos? Como é que queremos participar politicamente? Que tipo de participação política almejamos e, acima de tudo, como evitar a violência como meio para exteriorizar as nossas frustrações?

Responder à questão sobre a melhor forma de participação política que queremos para Moçambique passa necessariamente por pensar numa democracia que se ajusta com os desafios do país, que entende as suas pluralidades, sensibilidades o seu multiculturalismo.

Quando decidimos pelos acordos de paz e, depois os de reconciliação nacional de 2019, estivemos também a concordar que existem vários moçambicanos com diferentes sensibilidades. Para o bem de Moçambique e não deve ser pela violência que estas diferenças serão combatidas, ou pela violência que se deve exteriorizar o descontentamento dos descontentes.

A violência que se assistiu e ainda se assiste, trouxe à tona a frustração dos moçambicanos sobre a desconfiança nas instituições do Estado, a qualidade de vida, concretamente ao preço dos alimentos, da habitação, desemprego e falta de oportunidade dos recém-graduados. Apesar das manifestações terem sido de diferentes formas, entre a violência, cartas anónimas, marchas, etc. serviram para demonstrar a necessidade de traçar políticas que possam salvaguardar a todos os moçambicanos.

Não há nenhum país que possa se desenvolver sem instituições fortes nem debate político. Para nós, o debate político não é apenas necessário, mas também urgente. Tal como os outros povos num dado momento tiveram que pensar na democracia, nas formas de participação política, para melhor se organizarem, e assim evitar a violência pós-eleitoral, talvez esta seja a nossa hora de responder as mesmas questões.

Referências Bibliográficas

- Abbagnano, N. (1999). *História da filosofia*. (5ª ed). Lisboa. Editora Presença
- Cuco, A. & Muibo, P. (2019). “A violência como o mito fundador de Moçambique”. *Mosaico*. 11(17).
- Cuco, A. (2024). “Moçambique: um regime democrático ou regime híbrido?” *Revista Euro Latinoamericana de Análisis Social y Político*, 4(8).
- CDD (2023). *Ataques à Sociedade Civil e aos Defensores dos Direitos Humanos em Moçambique*. Vozes Silenciadas.
- Chaimite, E & Forquilha, S. (2015). *Projecto eleitor: análise da participação/abstenção em Moçambique-relatório de investigação*. Maputo. <https://www.iase.ac.mz>
- Dias, Pedro A. S. & Matos, M. G. A. (2012). “Participação política e cidadania: a sociedade na vida política”. *Revista Brasileira de ciências sócias*, 27(79), 99-114.
- Dicionário de filosofia moral e política (2022). Instituto de filosofia da nova Universidade nova de Lisboa. 2ª serie. <https://doi.org/10.34619/c59c-klwj>
- Freire, A. M. A. (2001). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo, Brasil.
- Fonseca, L. (2025). *O desafio da democracia em Moçambique no actual regime monopartidário na reflexão de Ngoenha*. A Filosofia entre a essência e o existente. Editora UEM,

IESE (2016). Instituto de Estudos Sociais económicos. <https://www.iese.ac.mz>

IESE (2021). Instituto de Estudos Sociais e económicos. <https://www.iese.ac.mz>

Kadhafi, M. (1974). *Livro verde*. Tradução de Jorge Ruggiero. São Paulo. Editora José Olímpio.

Gorczevski, C. & Martin, N. B. (2021). *Cidadania, democracia e participação política: os desafios do século XXI*. Santa Cruz do sul, Brasil.

Martelli, C. G.; Jardim, M. C. & Gimenes, É. R. (2017). *Participação política: democracia Brasil contemporâneo*. São Paulo. Brasil.

Moçambique (2004). Constituição da República de Moçambique.

Miguel, L. F. (2014). *Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo*. Lua Nova, São Paulo, (92), 13-43.

Ngoenha, S. (2004). *Os Tempos de Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana*. Maputo (1ª ed). Editora UEM.

Plataforma DECIDE (2025). Relatório Preliminar do contexto pós eleitoral em Moçambique

Relatórios de Práticas dos Direitos Humanos em Moçambique (2020). Departamento de Estado dos Estados Unidos Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Laborais.

Silveira, N. (2009). *ARISTOTELES. A Política*. Trad Chaves (2ed). São Paulo. Brasil.

Ussene, B. H. (2025). “Fim da Terceira República e a emergência de novas forças políticas em Moçambique. *Academicus Magazine*, 3 (2), 76-85, <https://dx.doi.org/10.4314/academicus.v3i2.6>